

**Gestão 2022-2024**

Procurador-Geral de Justiça  
**Alexandre Magno Benites de Lacerda**  
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Jurídico  
**Humberto de Matos Brittes**  
Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa  
**Nilza Gomes da Silva**  
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Institucional  
**Paulo César Zeni**  
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Legislativo  
**Romão Avila Milhan Junior**  
Corregedor-Geral do Ministério Público  
**Silvio Cesar Maluf**  
Corregedor-Geral Substituto do Ministério Público  
**Helton Fonseca Bernardes**  
Ouvidor do Ministério Público  
**Renzo Siufi**  
Chefe de Gabinete do Procurador-Geral de Justiça  
**Camila Augusta Calarge Doreto**  
Secretária-Geral do MPMS  
**Bianka Karina Barros da Costa**

**COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA**

|   |   |
|---|---|
| Procurador de Justiça <i>Sergio Luiz Morelli</i>                  | Procurador de Justiça <i>Aroldo José de Lima</i>                          |
| Procurador de Justiça <i>Mauri Valentim Riciotti</i>              | Procurador de Justiça <i>Adhemar Mombrum de Carvalho Neto</i>             |
| Procurador de Justiça <i>Hudson Shiguer Kinashi</i>               | Procurador de Justiça <i>Gerardo Eriberto de Moraes</i>                   |
| Procurador de Justiça <i>Olavo Monteiro Mascarenhas</i>           | Procurador de Justiça <i>Luis Alberto Safrader</i>                        |
| Procuradora de Justiça <i>Irma Vieira de Santana e Anzoategui</i> | Procuradora de Justiça <i>Sara Francisco Silva</i>                        |
| Procuradora de Justiça <i>Nilza Gomes da Silva</i>                | Procuradora de Justiça <i>Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya</i>         |
| Procurador de Justiça <i>Silvio Cesar Maluf</i>                   | Procuradora de Justiça <i>Mara Cristiane Crisóstomo Bravo</i>             |
| Procurador de Justiça <i>Antonio Siufi Neto</i>                   | Procurador de Justiça <i>Helton Fonseca Bernardes</i>                     |
| Procurador de Justiça <i>Evaldo Borges Rodrigues da Costa</i>     | Procurador de Justiça <i>Paulo Cezar dos Passos</i>                       |
| Procuradora de Justiça <i>Marigô Regina Bittar Bezerra</i>        | Procurador de Justiça <i>Rodrigo Jacobina Stephanini</i>                  |
| Procurador de Justiça <i>Belmires Soles Ribeiro</i>               | Procurador de Justiça <i>Silasneiton Gonçalves</i>                        |
| Procurador de Justiça <i>Humberto de Matos Brittes</i>            | Procurador de Justiça <i>Sergio Fernando Raimundo Harfouche</i>           |
| Procurador de Justiça <i>João Albino Cardoso Filho</i>            | Procuradora de Justiça <i>Ana Lara Camargo de Castro</i>                  |
| Procuradora de Justiça <i>Lucienne Reis D'Ávila</i>               | Procurador de Justiça <i>André Antônio Camargo Lorenzoni</i>              |
| Procuradora de Justiça <i>Ariadne de Fátima Cantú da Silva</i>    | Procuradora de Justiça <i>Filomena Aparecida Depolito Fluminhan</i>       |
| Procurador de Justiça <i>Francisco Neves Junior</i>               | Procurador de Justiça <i>Rogério Augusto Calabria de Araujo</i>           |
| Procurador de Justiça <i>Edgar Roberto Lemos de Miranda</i>       | Procuradora de Justiça <i>Vera Aparecida Cardoso Bogalho Frost Vieira</i> |
| Procurador de Justiça <i>Marcos Antonio Martins Sottoriva</i>     | Procurador de Justiça <i>Marcos Fernandes Sisti</i>                       |
| Procuradora de Justiça <i>Esther Sousa de Oliveira</i>            |   |

**EXPEDIENTE EXTERNO:**

De 2ª a 6ª feira, das 12 às 19 horas.

**DISQUE DENÚNCIA**

Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça Criminais

(67) 3318-2091 e-mail: [caocrim@mpms.mp.br](mailto:caocrim@mpms.mp.br)

Centro de Apoio Operacional dos Direitos Constitucionais do Cidadão

e dos Direitos Humanos e das Pessoas com Deficiência

(67) 3357-2449 e-mail: [caodh@mpms.mp.br](mailto:caodh@mpms.mp.br)

**PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA****PORTARIA Nº 6880/2023-PGJ, DE 11.12.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “F” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Designar a Promotora de Justiça Tathiana Correa Pereira da Silva para, sem prejuízo de suas funções, responder pela 50ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande nos dias 11 e 12.12.2023, em razão de afastamento da Promotora de Justiça Jiskia Sandri Trentin.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

**PORTARIA Nº 6881/2023-PGJ, DE 11.12.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “F” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Designar o Promotor de Justiça Juliano Albuquerque para, sem prejuízo de suas funções, responder pela Coordenação Adjunta do Grupo de Atuação Especial da Execução Penal, Gaep, nos dias 11 e 12.12.2023, em razão de afastamento da Promotora de Justiça Jiskia Sandri Trentin.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

**PORTARIA Nº 6579/2023-PGJ, DE 4.12.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Indeferir, por necessidade de serviço, 30 (trinta) dias de férias regulamentares à Promotora de Justiça Cristiane Amaral Cavalcante, referentes ao período aquisitivo 2023/2024, que seriam usufruídos no período de 1º a 30.4.2024, nos termos dos artigos 144 e 149 da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994 (PGA nº 09.2023.00010885-3).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 6586/2023-PGJ, DE 4.12.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Indeferir, por necessidade de serviço, 20 (vinte) dias de férias regulamentares ao Promotor de Justiça Jean Carlos Piloneto, referentes ao período aquisitivo 2023/2024, que seriam usufruídos no período de 5 a 24.2.2024, nos termos dos artigos 144 e 149 da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994 (PGA nº 09.2023.00010913-0).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 6882/2023-PGJ, DE 11.12.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Designar a Promotora de Justiça Cláudia Loureiro Ocariz Almirão para, sem prejuízo de suas funções, responder pela 14ª Promotoria de Justiça da comarca de Dourados nos dias 14 e 15.12.2023, em razão de afastamento do Promotor de Justiça Luiz Eduardo de Souza Sant’Anna Pinheiro.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

**PORTARIA Nº 6883/2023-PGJ, DE 11.12.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Designar o Promotor de Justiça Radamés de Almeida Domingos para, sem prejuízo de suas funções, responder pela Promotoria de Justiça e pelo Juizado Especial Adjunto da comarca de Nova Alvorada do Sul no período de 13 a 19.12.2023, em razão de afastamento do Promotor de Justiça Maurício Mecelis Cabral.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

**PORTARIA Nº 6585/2023-PGJ, DE 4.12.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Indeferir, por necessidade de serviço, 30 (trinta) dias de férias regulamentares à Procuradora de Justiça Esther Sousa de Oliveira, referentes ao período aquisitivo 2023/2024, que seriam usufruídos no período de 18.1 a 16.2.2024, nos termos dos artigos 144 e 149 da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994 (PGA nº 09.2023.00010909-6).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 6584/2023-PGJ, DE 4.12.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Indeferir, por necessidade de serviço, 20 (vinte) dias de férias regulamentares ao Promotor de Justiça Jui Bueno Nogueira, referentes ao período aquisitivo 2023/2024, que seriam usufruídos no período de 29.1 a 17.2.2024, nos termos dos artigos 144 e 149 da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994 (PGA nº 09.2023.00010907-4).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 6884/2023-PGJ, DE 11.12.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Designar a Promotora de Justiça Ana Carolina Lopes de Mendonça Castro para, sem prejuízo de suas funções, responder pela 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Bonito nos dias 18 e 19.12.2023, em razão de afastamento do Promotor de Justiça Alexandre Estuqui Junior.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES  
Procurador-Geral de Justiça em exercício

**PORTARIA Nº 6885/2023-PGJ, DE 11.12.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XII, alínea “h”, do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Indicar ao Procurador Regional Eleitoral a Promotora de Justiça Ana Carolina Lopes de Mendonça Castro, para, sem prejuízo de suas funções, responder pela 30ª Zona Eleitoral nos dias 18 e 19.12.2023, em razão de afastamento do Promotor de Justiça Alexandre Estuqui Junior.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES  
Procurador-Geral de Justiça em exercício

**PORTARIA Nº 6886/2023-PGJ, DE 11.12.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Designar a Promotora de Justiça Isabelle Albuquerque dos Santos Rizzo para, sem prejuízo de suas funções, responder pela 1ª Promotoria de Justiça e pelo Juizado Especial Adjunto da comarca de São Gabriel do Oeste nos dias 18 e 19.12.2023, em razão de afastamento do Promotor de Justiça Daniel Higa de Oliveira.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES  
Procurador-Geral de Justiça em exercício

**PORTARIA Nº 6647/2023-PGJ, DE 4.12.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Indeferir, por necessidade de serviço, 20 (vinte) dias de férias regulamentares ao Promotor de Justiça Fernando Jorge Manvailier Esgaib, referentes ao período aquisitivo 2023/2024, que seriam usufruídos no período de 25.1 a 13.2.2024, nos termos dos artigos 144 e 149 da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994 (PGA nº 09.2023.00011186-9).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA  
Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA N° 6887/2023-PGJ, DE 11.12.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Designar o Promotor de Justiça Felipe Almeida Marques para, sem prejuízo de suas funções, responder pelo Juizado Especial Adjunto da comarca de Sonora nos dias 18 e 19.12.2023, em razão de afastamento do Promotor de Justiça Daniel Higa de Oliveira.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

**PORTARIA N° 6787/2023-PGJ, DE 11.12.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Indeferir, por necessidade de serviço, à Promotora de Justiça Ana Rachel Borges de Figueiredo Nina 30 (trinta) dias de folga compensatória referentes ao exercício da atividade ministerial no plantão integrado, que seriam usufruídos no período de 20.11 a 19.12.2023, nos termos do artigo 140, § 3º, da Lei Complementar nº 72/1994 e da Resolução nº 23/2023-PGJ, de 29.5.2023 (PGA nº 09.2023.00012160-1).

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

**PORTARIA N° 6785/2023-PGJ, DE 11.12.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Indeferir, por necessidade de serviço, ao Promotor de Justiça Rodrigo Correa Amaro 20 (vinte) dias de folga compensatória referentes ao exercício da atividade ministerial no plantão integrado, que seriam usufruídos nos períodos de 21.11 a 5.12.2023 e 15 a 19.12.2023, nos termos do artigo 140, § 3º, da Lei Complementar nº 72/1994 e da Resolução nº 23/2023-PGJ, de 29.5.2023 (PGA nº 09.2023.00012173-4).

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

**PORTARIA N° 6888/2023-PGJ, DE 11.12.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Designar o Promotor de Justiça Moisés Casarotto para, sem prejuízo de suas funções, responder pela Promotoria de Justiça e pelo Juizado Especial Adjunto da comarca de Terenos nos dias 18 e 19.12.2023, em razão de afastamento do Promotor de Justiça Eduardo de Araujo Portes Guedes.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

**PORTARIA Nº 6843/2023-PGJ, DE 11.12.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Conceder ao Promotor de Justiça Manoel Veridiano Fukuara Rebello Pinho 5 (cinco) dias de folga compensatória no período de 19 a 23.2.2024, pelo exercício da atividade ministerial no plantão integrado em 2023, nos termos da Resolução nº 23/2023-PGJ, de 29.5.2023.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

**PORTARIA Nº 6788/2023-PGJ, DE 11.12.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Indeferir, por necessidade de serviço, à Promotora de Justiça Juliane Cristina Gomes 25 (vinte e cinco) dias de folga compensatória referentes ao exercício da atividade ministerial no plantão integrado, que seriam usufruídos no período de 16.11 a 10.12.2023, nos termos do artigo 140, § 3º, da Lei Complementar nº 72/1994 e da Resolução nº 23/2023-PGJ, de 29.5.2023 (PGA nº 09.2023.00012128-9).

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

**PORTARIA Nº 6789/2023-PGJ, DE 11.12.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Indeferir, por necessidade de serviço, ao Promotor de Justiça João Meneghini Girelli 28 (vinte e oito) dias de folga compensatória referentes ao exercício da atividade ministerial no plantão integrado, que seriam usufruídos nos períodos de 20.11 a 10.12.2023 e 13 a 19.12.2023, nos termos do artigo 140, § 3º, da Lei Complementar nº 72/1994 e da Resolução nº 23/2023-PGJ, de 29.5.2023 (PGA nº 09.2023.00012127-8).

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

**PORTARIA Nº 6790/2023-PGJ, DE 11.12.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Indeferir, por necessidade de serviço, ao Procurador de Justiça Luis Alberto Safraidier 28 (vinte e oito) dias de folga compensatória referentes ao exercício da atividade ministerial no plantão integrado, que seriam usufruídos no período de 22.11 a 19.12.2023, nos termos do artigo 140, § 3º, da Lei Complementar nº 72/1994 e da Resolução nº 23/2023-PGJ, de 29.5.2023 (PGA nº 09.2023.00012125-6).

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

**PORTARIA Nº E-1660/2023/PGJ, DE 11.12.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Conceder férias e a conversão em abono pecuniário de um terço das férias ao(à) Promotor(a) de Justiça Celso Antonio Botelho de Carvalho, nos termos dos artigos 139, inciso I, 140, e 149, § 1º, da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994, conforme segue:

| PERÍODO AQUISITIVO | QUANTIDADE DE DIAS | PERÍODO       | MODALIDADE | ADICIONAL DE FÉRIAS |
|--------------------|--------------------|---------------|------------|---------------------|
| 2023/2024          | 10                 | 8 a 17.1.2024 | ABONO      | NÃO                 |
| 2023/2024          | 10                 | 6 a 15.5.2024 | GOZO       | SIM                 |

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA  
Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº E-1661/2023/PGJ, DE 11.12.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Conceder a conversão em abono pecuniário de um terço das férias ao(à) Promotor(a) de Justiça Luiz Antônio Freitas de Almeida, nos termos do artigo 149, § 1º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994, conforme segue:

| PERÍODO AQUISITIVO | QUANTIDADE DE DIAS | PERÍODO       | MODALIDADE | ADICIONAL DE FÉRIAS |
|--------------------|--------------------|---------------|------------|---------------------|
| 2017/2018          | 10                 | 8 a 17.1.2024 | ABONO      | NÃO                 |

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA  
Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº E-1662/2023/PGJ, DE 11.12.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Conceder férias ao(à) Promotor(a) de Justiça Daniel Pivaro Stadniky, nos termos dos artigos 139, inciso I, e 140 da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994, e do artigo 14, § 3º, da Resolução nº 19/2009-PGJ, de 4.11.2009, conforme segue:

| PERÍODO AQUISITIVO | QUANTIDADE DE DIAS | PERÍODO       | MODALIDADE | ADICIONAL DE FÉRIAS |
|--------------------|--------------------|---------------|------------|---------------------|
| 2022/2023          | 12                 | 8 a 19.1.2024 | GOZO       | SIM                 |

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA  
Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº E-1663/2023/PGJ, DE 11.12.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Conceder férias e a conversão em abono pecuniário de um terço das férias ao(à) Promotor(a) de Justiça Daniella Costa da Silva, nos termos dos artigos 139, inciso I, 140, e 149, § 1º, da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994, conforme segue:

| PERÍODO AQUISITIVO | QUANTIDADE DE DIAS | PERÍODO        | MODALIDADE | ADICIONAL DE FÉRIAS |
|--------------------|--------------------|----------------|------------|---------------------|
| 2021/2022          | 10                 | 22 a 31.1.2024 | GOZO       | SIM                 |
| 2021/2022          | 10                 | 5 a 14.2.2024  | ABONO      | NÃO                 |

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA  
Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº E-1664/2023/PGJ, DE 11.12.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Conceder a conversão em abono pecuniário de um terço das férias ao(à) Promotor(a) de Justiça Juliana Nonato, nos termos do artigo 149, § 1º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994, conforme segue:

| PERÍODO AQUISITIVO | QUANTIDADE DE DIAS | PERÍODO        | MODALIDADE | ADICIONAL DE FÉRIAS |
|--------------------|--------------------|----------------|------------|---------------------|
| 2023/2024          | 10                 | 15 a 24.1.2024 | ABONO      | NÃO                 |

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA  
Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº E-1666/2023/PGJ, DE 11.12.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Conceder férias e a conversão em abono pecuniário de um terço das férias ao(à) Promotor(a) de Justiça Henrique Franco Cândia, nos termos dos artigos 139, inciso I, 140, e 149, § 1º, da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994, conforme segue:

| PERÍODO AQUISITIVO | QUANTIDADE DE DIAS | PERÍODO         | MODALIDADE | ADICIONAL DE FÉRIAS |
|--------------------|--------------------|-----------------|------------|---------------------|
| 2023/2024          | 10                 | 15 a 24.1.2024  | GOZO       | SIM                 |
| 2023/2024          | 10                 | 29.1 a 7.2.2024 | ABONO      | NÃO                 |

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA  
Procurador-Geral de Justiça



**PORTARIA N° E-1677/2023/PGJ, DE 11.12.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Conceder a conversão em abono pecuniário de um terço das férias ao(à) Procurador(a) de Justiça Filomena Aparecida Depolito Fluminhan, nos termos do artigo 149, § 1º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994, conforme segue:

| PERÍODO AQUISITIVO | QUANTIDADE DE DIAS | PERÍODO       | MODALIDADE | ADICIONAL DE FÉRIAS |
|--------------------|--------------------|---------------|------------|---------------------|
| 2023/2024          | 10                 | 8 a 17.1.2024 | ABONO      | NÃO                 |

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA  
Procurador-Geral de Justiça

**PROCURADORIA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA JURÍDICA****PORTARIA N° 6630/2023-PGJ, DE 4.12.2023**

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA JURÍDICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso de suas atribuições legais, *ad referendum* do Colégio de Procuradores de Justiça,

**R E S O L V E :**

Indeferir, por necessidade de serviço, ao Promotor de Justiça Alexandre Magno Benites de Lacerda, atualmente ocupando o cargo de Procurador-Geral de Justiça, 20 (vinte) dias de férias regulamentares referentes ao período aquisitivo 2023/2024, que seriam usufruídos no período de 22.1 a 10.2.2024, nos termos dos artigos 144 e 149 da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994 (PGA nº 09.2023.00011130-3).

HUMBERTO DE MATOS BRITTES  
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Jurídico

**PROCURADORIA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA****PORTARIA N° E-1681/2023/PGJ, DE 12.12.2023**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Conceder férias à servidora Elizeth Alves Dias de Assis, referentes ao período aquisitivo 2022/2023, a serem usufruídas nos períodos de 15.7 a 3.8.2024, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 8 a 17.1.2024, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA  
Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº 6919/2023-PGJ, DE 12.12.2023**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Designar a servidora Daniele Aparecida Souza, ocupante do cargo efetivo de Técnica II, símbolo MPTE-202, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços na Central de Inquéritos Policiais de Dourados no período de 27.11 a 6.12.2023, em razão de afastamento da servidora Rosângela Bonacina Milgarefe; e tornar sem efeito a Portaria nº 6814/2023-PGJ, de 11.12.2023.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº 6924/2023-PGJ, DE 12.12.2023**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Designar a servidora Janaina Bárbara dos Santos Oliveira, ocupante do cargo efetivo de Técnica II, símbolo MPTE-202, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, lotada nas Promotorias de Justiça de Campo Grande e designada para prestar serviços na 7ª Promotoria de Justiça, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços à 1ª Promotoria de Justiça da referida Comarca no período de 8 a 16.1.2024, em razão de afastamento do servidor Rony Pedroso Vasques, Técnico I.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº 6863/2023-PGJ, DE 11.12.2023**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Designar a servidora Rosinei Escobar Xavier, ocupante do cargo efetivo de Técnica I, símbolo MPTE-201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, para, sem prejuízo de suas funções, responder pela Divisão de Almoxarifado no período de 8 a 17.1.2024, em razão de afastamento da titular, Vivian Severino da Silva Ribeiro.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa



## CORREGEDORIA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

### RESOLUÇÃO CONJUNTA Nº 0001/2023-PGJ/CGMP, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2023.

*Regulamenta a adoção do Código de Ética do Ministério Público brasileiro para os membros no âmbito do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.*

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso de suas atribuições legais, na condição de Presidente do Conselho Superior do Ministério Público, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso V do art. 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, e o CORREGEDOR-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições legais que lhe confere o inciso XXXVII do art. 18 da Lei Complementar nº 72/1994,

CONSIDERANDO que a Resolução nº 261, de 11 de abril de 2023, do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) instituiu o Código de Ética do Ministério Público brasileiro;

CONSIDERANDO que a lei impõe aos membros do Ministério Público deveres previstos no art. 43 da Lei nº 8.625, de 12 de fevereiro de 1993, Lei Orgânica Nacional do Ministério Público, e no art. 107 da Lei Complementar nº 72/1994, Lei Orgânica do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul (MPMS);

CONSIDERANDO a necessidade de consolidar os princípios éticos que regem a atuação do membro do MPMS;

CONSIDERANDO que os membros do MPMS, em virtude da dignidade de suas funções e da relevância da missão institucional, devem possuir claras regras de ética de acordo com os preceitos constitucionais, legais e regulamentares;

CONSIDERANDO a necessária transparência e publicidade dos padrões éticos exigidos aos representantes do MPMS;

CONSIDERANDO que a adoção de Código de Ética do Ministério Público brasileiro pelo MPMS constitui instrumento essencial para seus membros incrementarem a confiança da sociedade em sua autoridade pública e moral;

CONSIDERANDO que a regulamentação dos preceitos éticos permite a correta interpretação dos deveres funcionais dos membros do MPMS, da conduta e dos procedimentos norteadores da atuação da função constitucional,

#### RESOLVEM:

Art. 1º O Código de Ética do Ministério Público brasileiro é aplicável a todos os membros do Ministério Público de Mato Grosso do Sul (MPMS), devendo ser observados todos os preceitos nele contidos, respeitando-se os dispositivos da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, Lei Orgânica do MPMS.

Art. 2º O exercício das funções do MPMS exige conduta compatível com os preceitos do Código de Ética do Ministério Público brasileiro, guiada pelos princípios e valores éticos de unidade, indivisibilidade, independência funcional, objetividade, igualdade de tratamento, transparência, integridade pessoal e funcional, diligência, dedicação, presteza, cortesia, respeito, prudência, motivação racional, sigilo funcional, conhecimento, capacitação, dignidade e decoro.

Art. 3º A Escola Superior do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul (ESMP-MS) disponibilizará curso sobre o Código de Ética do Ministério Público brasileiro para os membros do MPMS, de caráter obrigatório nos cursos de ingresso e vitaliciamento na carreira do Ministério Público.

§ 1º Deverá haver curso sobre o Código de Ética do Ministério Público brasileiro em formato EaD oferecido em caráter permanente pela ESMP-MS.

§ 2º Os preceitos de ética contidos no Código de Ética do Ministério Público brasileiro deverão ser conteúdo de curso aos servidores que integram a Instituição ou nela ingressem.

Art. 4º A presente Resolução Conjunta deverá ser disponibilizada juntamente com o Código de Ética do Ministério Público brasileiro nos sistemas e *sites* eletrônicos do MPMS, bem como ser incorporada na Consolidação de Normas da



Corregedoria-Geral do MPMS.

Art. 5º O Planejamento Estratégico do MPMS deverá ser atualizado para contemplar os preceitos do Código de Ética do Ministério Público brasileiro, com reflexos nas atuações táticas e operacionais planejadas.

Art. 6º Os casos omissos serão resolvidos pelo Corregedor-Geral do Ministério Público.

Art. 7º Esta Resolução Conjunta entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Grande, 29 de novembro de 2023.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA  
Procurador-Geral de Justiça

SILVIO CESAR MALUF  
Corregedor-Geral do Ministério Público

## EDITAIS DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA

### PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE ENTRÂNCIA FINAL

#### CAMPO GRANDE

#### EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO

A 63ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ<sup>1</sup>, de 24 de novembro de 2023, comunica ao investigado a decisão de arquivamento do Inquérito Policial dos Autos nº 0924304-25.2023.8.12.0001, em que constam como investigado Rafael Bruno da Silva Freitas e vítima São José Comércio de Alimentos LTDA., conforme se transcreve: “Desta forma, requer-se o arquivamento do presente inquérito policial em referência, nos termos do artigo 28 do Código de Processo Penal, por falta de justa causa para instauração de ação penal”.

Campo Grande/MS 13 de dezembro de 2023.

RICARDO BENITO CREPALDI  
Promotor de Justiça

<sup>1</sup> “§ 2º O extrato de publicação da decisão de arquivamento no DOMP deverá indicar a Promotoria de Justiça, o número dos autos, os nomes do investigado e da vítima, salvo quando se tratar de procedimento sigiloso, hipótese na qual constarão apenas as iniciais, a finalidade de sua publicação e a parte dispositiva da decisão, conforme modelo disponível no sistema de modelos e procedimentos do SIMP.”

**EDITAL N. 0001/2023/65ªPJ/CGR**

A 65ª Promotoria de Justiça de Campo Grande - MS, nos termos do que dispõe o artigo 28, caput, do Código de Processo Penal e artigo 5º, da Resolução nº 043/2023-PGJ, de 24 de novembro de 2023, cientifica o investigado no Inquérito Policial n.0923977-80.2023.8.12.0001 do seu arquivamento.

Inquérito Policial n.0923977-80.2023.8.12.0001

Investigado: Eliel Paulino da Costa.

Assunto: Apurar os supostos delitos de dano, furto e injúria.

Campo Grande/MS, 12 de dezembro de 2023.

BOLIVAR LUIS DA COSTA VIEIRA

Promotor de Justiça

**EDITAL N. 0002/2023/65ªPJ/CGR**

A 65ª Promotoria de Justiça de Campo Grande - MS, nos termos do que dispõe o artigo 28, caput, do Código de Processo Penal e artigo 5º, da Resolução nº 043/2023-PGJ, de 24 de novembro de 2023, cientifica o investigado no Inquérito Policial n.0914922-08.2023.8.12.0001 do seu arquivamento.

Inquérito Policial n.0914922-08.2023.8.12.0001

Investigado: Felipe Ojeda Nunes.

Assunto: Apurar os supostos delitos de vias de fato e injúria.

Campo Grande/MS, 12 de dezembro de 2023.

BOLIVAR LUIS DA COSTA VIEIRA

Promotor de Justiça

**EDITAL N. 0003/2023/65ªPJ/CGR**

A 65ª Promotoria de Justiça de Campo Grande - MS, nos termos do que dispõe o artigo 28, caput, do Código de Processo Penal e artigo 5º, da Resolução nº 043/2023-PGJ, de 24 de novembro de 2023, cientifica o investigado no Inquérito Policial n.0924350-14.2023.8.12.0001 do seu arquivamento.

Inquérito Policial n. 0924350-14.2023.8.12.0001.

Investigado: Cleyton Correa da Silva.

Assunto: Apurar o suposto delito de ameaça.

Campo Grande/MS, 12 de dezembro de 2023.

BOLIVAR LUIS DA COSTA VIEIRA

Promotor de Justiça

**EDITAL Nº 0004/2023/65ªPJ/CGR**

A 65ª Promotoria de Justiça de Campo Grande - MS, nos termos do que dispõe o artigo 28, caput, do Código de Processo Penal e artigo 5º, da Resolução nº 043/2023-PGJ, de 24 de novembro de 2023, cientifica a vítima no Inquérito Policial n. 0923967-36.2023.8.12.0001 do seu arquivamento, bem como do prazo de 30 (trinta) dias, a contar da publicação do presente edital, apresentar pedido de revisão da decisão a este órgão ministerial, já acompanhado das respectivas razões e eventuais documentos que comprovem o alegado.

Inquérito Policial n. 0923967-36.2023.8.12.0001.

Vítima: Célia Regina Bispo.

Assunto: Apurar o suposto delito de descumprimento de medidas protetivas.

Campo Grande/MS, 12 de dezembro de 2023.

**BOLIVAR LUIS DA COSTA VIEIRA**

Promotor de Justiça

**EDITAL Nº 0005/2023/65ªPJ/CGR**

A 65ª Promotoria de Justiça de Campo Grande - MS, nos termos do que dispõe o artigo 28, caput, do Código de Processo Penal e artigo 5º, da Resolução nº 043/2023-PGJ, de 24 de novembro de 2023, cientifica a vítima no Inquérito Policial n. 0924441-07.2023.8.12.0001 do seu arquivamento, bem como do prazo de 30 (trinta) dias, a contar da publicação do presente edital, apresentar pedido de revisão da decisão a este órgão ministerial, já acompanhado das respectivas razões e eventuais documentos que comprovem o alegado.

Inquérito Policial n. 0924441-07.2023.8.12.0001.

Vítima: Beatriz Souza Rita de Lima.

Assunto: Apurar os supostos delitos de ameaça e lesão corporal.

Campo Grande/MS, 12 de dezembro de 2023.

**BOLIVAR LUIS DA COSTA VIEIRA**

Promotor de Justiça

**EDITAL Nº 0006/2023/65ªPJ/CGR**

A 65ª Promotoria de Justiça de Campo Grande - MS, nos termos do que dispõe o artigo 28, caput, do Código de Processo Penal e artigo 5º, da Resolução nº 043/2023-PGJ, de 24 de novembro de 2023, cientifica a vítima no Inquérito Policial n. 0924320-76.2023.8.12.0001 do seu arquivamento, bem como do prazo de 30 (trinta) dias, a contar da publicação do presente edital, apresentar pedido de revisão da decisão a este órgão ministerial, já acompanhado das respectivas razões e eventuais documentos que comprovem o alegado.

Inquérito Policial n. 0924320-76.2023.8.12.0001.

Vítima: Michelle Recalde.

Assunto: Apurar o suposto delito de ameaça.

Campo Grande/MS, 12 de dezembro de 2023.

**BOLIVAR LUIS DA COSTA VIEIRA**

Promotor de Justiça

**PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE ENTRÂNCIA ESPECIAL****APARECIDA DO TABOADO****EDITAL Nº 019/2023/02PJ/ATD**

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Aparecida do Taboado/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Avenida dos Estudantes, nº.3120, Residencial Primavera, Aparecida do Taboado/MS.

Inquérito Civil nº 06.2023.00001386-0

Requerente: Ministério Público Estadual / 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Aparecida do Taboado/MS

Requerido: Município de Aparecida do Taboado

*Assunto: a fim de apurar possível omissão do Poder Público Municipal no fornecimento de vagas em creche.*

Aparecida do Taboado/MS, 12 de dezembro de 2023.

JERUSA ARAUJO JUNQUEIRA QUIRINO

Promotora de Justiça.

**EDITAL Nº 020/2023/02PJ/ATD**

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Aparecida do Taboado/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Avenida dos Estudantes, nº.3120, Residencial Primavera, Aparecida do Taboado/MS.

Inquérito Civil nº 06.2023.00001387-0

Requerente: Ministério Público Estadual / 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Aparecida do Taboado/MS

Requerido: Abatedouro de Aves Itaquiraí Ltda. – Frango Ouro

*Assunto: averiguar a situação atual dos sistemas de tratamento de efluentes e controle de poluição atmosférica e a conveniência de formalização de Termo de Ajustamento de Conduta no bojo da ação civil pública nº. 0800248-26.2015.8.12.0024.*

Aparecida do Taboado/MS, 12 de dezembro de 2023.

JERUSA ARAUJO JUNQUEIRA QUIRINO

Promotora de Justiça.

**BONITO****INQUÉRITO CIVIL N.º 06.2023.00000551-5.****RECOMENDAÇÃO Nº0003/2023/02PJ/BTO**

O MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL, através da 2ª Promotoria de Justiça de Bonito-MS, com o fundamento no art. 27, VI da Lei nº 8.625/93 (Lei Orgânica Nacional do Ministério Público) emite a seguinte recomendação:

CONSIDERANDO que o Ministério Público é uma instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático, dos interesses sociais e individuais, conforme ilustra o art. 127 da Constituição da República Federativa do Brasil;

CONSIDERANDO que é função institucional do Ministério Público a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos;

CONSIDERANDO que o artigo 129, inciso III, da CF prevê como função institucional do Ministério Público a instauração de Inquérito Civil e ajuizamento de Ação Civil Pública, para a proteção de interesses difusos e coletivos;





CONSIDERANDO que, de igual forma, o artigo 25, inciso IV, letras “a” e “b” e artigo 26, inciso I, da Lei nº 8.625/93 – Lei Orgânica Nacional do Ministério Público, bem como o artigo 26, IV da Lei Complementar Estadual nº 72/94 – Lei Orgânica do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul dispõem sobre a legitimidade do Ministério Público para a tutela dos direitos difusos e coletivos, assim como dos individuais homogêneos;

CONSIDERANDO que, constitucionalmente, *“Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida”*<sup>2</sup>, compreendendo-se do conceito de meio ambiente o *“conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química e biológica, que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas”*<sup>3</sup>;

CONSIDERANDO que a Lei nº 6.938/1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, no seu artigo 2º, inciso V, determina o controle e zoneamento das atividades potencial ou efetivamente lesivas;

CONSIDERANDO que, segundo o artigo 4º, inciso I, da Lei nº 6.938/1981, o desenvolvimento econômico-social deve se compatibilizar com a preservação da qualidade do meio ambiente e com o equilíbrio ecológico;

CONSIDERANDO que o Brasil é signatário da Convenção de RAMSAR e tal instrumento, em seu artigo 4.1, determina que *“Cada Parte Contratante deverá promover a conservação de zonas úmidas e de aves aquáticas estabelecendo reservas naturais nas zonas úmidas, quer estas estejam ou não inscritas na Lista, e providenciar a sua proteção apropriada”*;

CONSIDERANDO que, segundo a Convenção de RAMSAR, quando tratar-se de áreas úmidas compartilhadas com outros países, *“As Partes Contratantes se consultarão mutuamente sobre a execução das obrigações decorrentes desta Convenção, principalmente no caso de a zona úmida se estender sobre territórios de mais de uma Parte Contratante ou no caso em que a bacia hidrográfica seja compartilhada pelas Partes Contratantes. Deverão ao mesmo tempo empreender esforços no sentido de coordenar e apoiar políticas e regulamentos atuais e futuros relativos à conservação de zonas úmidas e à sua flora e fauna. (5.1)”*;

CONSIDERANDO a importância da conservação e recuperação das áreas úmidas do mundo, como enfatizado no 5º Relatório Nacional da Convenção de Diversidade Biológica (CDB): *“A importância das zonas úmidas é tão extraordinária que, apesar de ocuparem apenas entre 5 a 8% do planeta elas são responsáveis por 46% de todos os serviços ambientais globais estimados. Em sua maioria, as comunidades que vivem perto de zonas úmidas são fortemente dependentes desses ecossistemas e são diretamente afetadas pela sua degradação. Apesar de sua importância, estima-se que as zonas úmidas estejam sendo alteradas e perdidas em um ritmo mais rápido do que os outros ecossistemas”*;

CONSIDERANDO que um dos instrumentos previstos na Política Nacional de Meio Ambiente (Lei Federal n. 6.938/2003) é a “avaliação de impactos ambientais” (Art. 9º, III), sendo esta, separada do “licenciamento e a revisão de atividades efetiva ou potencialmente poluidoras”. E enquanto o licenciamento ambiental é um procedimento para a concessão ou não da licença – dentro do qual há a avaliação de impactos ambientais, com base em estudos, dentre eles o EIA-RIMA – a avaliação de impactos ambientais é um gênero que pode abranger outros estudos que ocorram fora do procedimento do licenciamento;

CONSIDERANDO que para resolver os problemas associados à lacuna entre as decisões de elaboração de projetos de empreendimentos individuais e o processo de planejamento, bem como articular as várias dimensões de uma política, foi desenvolvida a Avaliação Ambiental Estratégica – AAE, conforme Acórdão. n.º 464/2004-TCU-Plenário;

CONSIDERANDO que a AAE pode ser definida como: *“um instrumento de política ambiental que tem por objetivo auxiliar, antecipadamente, os tomadores de decisões no processo de identificação e avaliação dos impactos e efeitos, maximizando os positivos e minimizando os negativos, que uma dada decisão estratégica - a respeito de uma política, um plano ou programa - poderia desencadear no meio ambiente e na sustentabilidade dos recursos naturais, qualquer que seja a instância de planejamento”* (Ministério do Meio Ambiente, 2002)<sup>4</sup>;

<sup>2</sup> Artigo 225, *caput*, da Constituição Federal de 1998.

<sup>3</sup> Artigo 3º, inciso I, da Lei nº 6.938/81 (Política Nacional do Meio Ambiente).

<sup>4</sup> Disponível em: [https://pesquisa.apps.tcu.gov.br/documento/acordao-completo/\\*?NUMACORDAO%253A464%2520ANOACORDAO%253A2004%2520DTRELEVANCIA%2520desc%252C%2520NUMACORDAOINT%2520desc/0](https://pesquisa.apps.tcu.gov.br/documento/acordao-completo/*?NUMACORDAO%253A464%2520ANOACORDAO%253A2004%2520DTRELEVANCIA%2520desc%252C%2520NUMACORDAOINT%2520desc/0). Acesso em: 30 ago. 2023.





CONSIDERANDO que a Avaliação Ambiental Estratégica (AAE) é um instrumento que integra a Política Nacional do Meio Ambiente sob o guarda-chuva da Avaliação de Impacto Ambiental (AIA)<sup>5</sup>;

CONSIDERANDO que a Avaliação Ambiental Integrada (AAI) é um instrumento de política ambiental que visa a análise ambiental de cenários e impactos na bacia dentro das políticas existentes ou planejadas, sob a égide da Avaliação de Impacto Ambiental (AIA), instituída pela Lei n. 6.938/1981;

CONSIDERANDO que a Avaliação Ambiental Integrada (AAI), pode ser exigida em solo nacional por força dos Art. 23, VI e VII e 225 da Constituição Federal e do artigo 9, III, da Lei da Política Nacional de Meio Ambiente, bem como o Princípio 17 da Declaração do Rio de Janeiro (1992), já havendo, inclusive, decisões de Tribunais e do TCU no sentido da obrigação de sua utilização;

CONSIDERANDO que a Avaliação Ambiental Integrada (AAI), já vem sendo exigida e utilizada no Brasil, como é o caso da AAI realizada para averiguar os empreendimentos hidrelétricos na Bacia do Alto Paraguai levada a efeito pela Agência Nacional de Águas, bem como a AAI exigida pelo IMASUL para a Bacia do Rio Verde para fins de implementações de empreendimentos hidrelétricos, razão pela qual este tipo de instrumento deveria também ser utilizado para a avaliação de impactos ambientais dos impactos sinérgicos de supressão vegetal e corte de árvores nativas, assim como para atividades relacionadas a monocultura nas Bacias Turísticas da Serra da Bodoquena;

CONSIDERANDO que as Bacias Turísticas da Serra da Bodoquena, região definida pela Fundação Neotrópica do Brasil com base nas drenagens que são utilizadas como atrativo turístico na região, inclui as Bacias Cênicas – a Bacia Hidrográfica do rio do Peixe, Bacia Hidrográfica do rio Formoso, Bacia Hidrográfica do rio da Prata – e 3 microrregiões hidrográficas – Bacia Hidrográfica do rio Salobra, Bacia Hidrográfica do rio Betone e Bacia Hidrográfica do rio Formoso –, localizadas sobre os municípios de Bonito, Bodoquena, Miranda e Porto Murtinho (em menor proporção);

CONSIDERANDO a Lei Estadual n. 5.782, de 15 de dezembro de 2021, que institui a Área Prioritária Banhados das nascentes do Rio da Prata e do Rio Formoso para ações governamentais relativas à qualidade ambiental e ao equilíbrio ecológico, e dá outras providências;

CONSIDERANDO a Lei Estadual n. 1.871, de 15 de julho de 1998, que estabelece a forma de conservação da natureza, proteção do meio ambiente e defesa das margens nas áreas contíguas aos Rios da Prata e Formoso;

CONSIDERANDO a Lei Estadual n. 2.223, de 11 de abril de 2001, que responsabiliza os proprietários e arrendatários de imóveis rural e urbano, pela poluição hídrica dos rios-cênicos, e dá outras providências;

CONSIDERANDO a Lei Municipal n. 989/2003 que estabelece limitações ambientais como forma de conservação de natureza, Proteção do Meio Ambiente e defesa das margens nas áreas das bacias hidrográficas dos Rios Formoso, Prata e Peixe, no município de Bonito-MS;

CONSIDERANDO que o Núcleo de Geotecnologias – NUGEO do MPMS realizou estudo sobre o avanço do desmatamento e da monocultura nas bacias dos Rios Cênicos da região da Serra da Bodoquena, resultando no Parecer Técnico n. 398/2023/NUGEO;

CONSIDERANDO que estão sendo emitidas centenas de autorizações de supressão vegetal (SV) e de corte de árvores nativas isoladas (CANI) para a região das Bacias Turísticas da Serra da Bodoquena, somando-se milhares de hectares, sem que haja uma avaliação dos impactos sinérgicos destas atividades, sendo que tais impactos poderiam ser avaliados por uma Avaliação Ambiental Integrada (AAI);

CONSIDERANDO que, de acordo com o Parecer Técnico n. 398/2023/NUGEO constatou-se que, entre os anos de 2014 e 2022, foram emitidas 166 licenças, sendo 74 para Supressão Vegetal (SV) e 92 para Corte de Árvores Nativas Isoladas (CANI), totalizando 48.562,88 ha autorizados para desmatamento na região das Bacias Turísticas da Serra da Bodoquena, verificando-se ainda que na sub-bacia do rio Salobra foram mais de 25 mil ha de desmatamento autorizado, sendo 18.595,57 ha para CANI e 7.044,16 para SV e mais de 7 mil ha em cada sub-bacia dos rios Formoso e do Peixe;

CONSIDERANDO que, entre os anos de 2013 e 2022, na região das Bacias Turísticas da Serra da Bodoquena constatou-se 164 IDs de desmatamento, que perfazem um total de 5.254,87 ha, sendo 75 (3.140,47 ha) autorizados pelo

<sup>5</sup> Disponível em: <http://www.feam.br/avaliacao-ambiental-e-gestao-do-territorio/avaliacao-ambiental-estrategica>. Acesso em: 29 ago. 2023.



IMASUL e 89 (2.114,40 ha) não autorizados, onde 919,97 ha ocorreram sobre a Bacia Hidrográfica do rio Salobra, 478,72 ha na microrregião do rio Formoso e 411,15 ha na microrregião do rio do Peixe, conforme Parecer Técnico n. 398/2023/NUGEO;

CONSIDERANDO que dos 164 IDs de desmatamento identificados, 101 destes ocorreram sobre propriedades rurais sendo 79 deles desmatamentos não autorizados, distribuídos, na sua maioria, sobre as sub-bacias dos rios Salobra e Formoso;

CONSIDERANDO o recebimento de Relatório Técnico (set. 2019 – jan. 2023), elaborado pela Fundação Neotrópica do Brasil, sobre a “Alteração nos índices de turbidez e indicadores de aporte de nutrientes alóctones nas Bacias Cênicas de Bonito e Jardim – MS” (fls. 51-66);

CONSIDERANDO que o avanço das atividades agroindustriais na região das Bacias Cênicas, tem levado a drásticas mudanças no uso do solo, principalmente através do desmatamento e da derrubada de árvores nativas para a substituição de áreas de pastagem por monoculturas, ocasionando também o uso massivo de pesticidas e aumento do carreamento de sedimentos para corpos d'água, o aumento da população urbana e o déficit do sistema sanitário também tem levado a alterações no estado da qualidade da água nos córregos urbanos, de acordo com o supramencionado Relatório Técnico;

CONSIDERANDO que do ponto de vista da importância da manutenção da biodiversidade, o Parque Nacional da Serra da Bodoquena (PNSBd) tem uma localização estratégica reconhecida: encontra-se em área de superposição de duas Reservas da Biosfera, a do Pantanal e a da Mata Atlântica, declarado como área núcleo de ambas pela Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO). Ainda, durante a 2ª Atualização das Áreas Prioritárias para Conservação da Biodiversidade feita pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA, 2018), as áreas do Planalto da Bodoquena que circundam o PNSBd foram definidas como importância biológica “Muito alta” e “Alta”, e, de prioridade de ação também “Muito alta” e “Alta”;

CONSIDERANDO que o Parque Nacional da Serra da Bodoquena faz parte de um grande corredor ecológico, e segundo o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) (BRASIL, 2000), corredores ecológicos podem ser definidos como porções de ecossistemas naturais ou seminaturais, que ligam Unidades de Conservação (UCs), possibilitando entre elas o fluxo de genes e o movimento da biota, facilitando a dispersão de espécies e a recolonização de áreas degradadas, bem como a manutenção de populações que demandam para sua sobrevivência áreas com extensão maior do que aquela das unidades individuais;

CONSIDERANDO o Ofício n. 2.04 – Rede Pró-UC (fls. 8/9) que informa sobre a postura adotada pelo Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul – IMASUL com base em declaração do próprio órgão, conferida via Lei de Acesso à Informação, pelo Protocolo n. 02789.2023.000120-44), em que o Imasul afirma: “[...] *nos requerimentos em que o tamanho da área a ser suprimida é pequeno e nos casos em que as áreas tenham imagens recentes e de boa resolução podem ser dispensados de vistoria considerando o baixo impacto ambiental da atividade*”;

CONSIDERANDO a insuficiência fiscalizatória por parte do órgão ambiental competente, tendo em vista que há autorizações ambientais sendo emitidas sem a prévia vistoria *in loco*, conforme Nota Técnica UFGD/FCBA “A região da serra da Bodoquena: importância e conservação” (fls. 10-20);

CONSIDERANDO que a região da Serra da Bodoquena está incluída na Zona de Depressão do Miranda e que inclui a “Depressão de Bonito”, uma de suas unidades geomorfológicas, assim como a própria Depressão do Miranda, onde desaguam os principais rios que drenam os municípios de Bonito, Jardim e Bodoquena – MS (fls. 13);

CONSIDERANDO que a ocupação desordenada nessa Zona, com consequente supressão da vegetação, vem causando um aumento expressivo no escoamento superficial das águas pluviais, causando problemas referentes à qualidade dos recursos hídricos, associados a alterações físicas, químicas, biológicas e hidrodinâmicas nos rios, com efeitos diretos e indiretos não só na biodiversidade aquática, como também nas atividades de turismo de natureza e na pesca, conforme Nota Técnica UFGD/FCBA (fls. 13);

CONSIDERANDO que Mato Grosso do Sul conta com um Zoneamento Ecológico-Econômico, cuja aproximação mais recente é de 2015, que poderia servir de diretriz nos processos relacionados às atividades produtivas na região da Serra da Bodoquena, uma vez que considera vários aspectos ambientais, sociais e econômicos, na delimitação das zonas;



CONSIDERANDO que o Zoneamento Ecológico-Econômico do Mato Grosso do Sul, aprovado pela Lei Estadual nº 3.839/2009, estabelece que *“no licenciamento ambiental dos empreendimentos ou atividades em Áreas Prioritárias para Proteção da Biodiversidade, e em Corredores da Biodiversidade, deverá ser exigida a adoção de medidas de compensação ambiental para criação de Unidades de Conservação que contemplem tais áreas, visando ao ressarcimento financeiro pelos efeitos de impactos ambientais não mitigáveis, independentes de serem licenciados com EIA/RIMA”*;

CONSIDERANDO que de acordo com o Zoneamento Ecológico-Econômico do Mato Grosso do Sul, a Zona da Serra da Bodoquena está inserida no Corredor Arterial – corredores integradores e complementares aos corredores principais – do Rio Miranda, sendo este importante na conexão entre o planalto e a planície pantaneira. Dessa forma, é muito preocupante a possibilidade de fragmentação do Parque Nacional da Serra da Bodoquena, tendo em vista toda a área de proteção da biodiversidade da qual ele faz parte;

CONSIDERANDO que a emissão de autorizações para supressão na região da Serra da Bodoquena segue a ritmo acelerado, sem contar os desmatamentos ilegais;

CONSIDERANDO que o artigo 36 da Lei Federal nº 9.985/2000 estabelece critérios de compensação ambiental nos casos de licenciamento ambiental de empreendimentos de significativo impacto ambiental, assim considerado pelo órgão ambiental competente, com fundamento em Estudo de Impacto Ambiental e respectivo relatório – EIA/RIMA, o empreendedor é obrigado a apoiar a implantação e manutenção de unidade de conservação do Grupo de Proteção Integral, de acordo com o disposto neste artigo e no regulamento desta Lei;

CONSIDERANDO que o estudo realizado pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), Instituto de Pesquisas Ecológicas (IPÊ), Embrapa Pantanal e University College de Londres (UCL), mostrou que as plantações de soja passaram de ocupar cerca de 4% da Bacia do Rio da Prata em 2010 para ocupar mais de 20% em 2020. Além disso, o estudo concluiu que o escurecimento da água ocorre a partir da combinação de chuvas torrenciais com a erosão, sendo esta última, acelerada pela expansão desordenada e mal planejada das plantações do grão na região de Bonito (fls. 70-78);

CONSIDERANDO que o avanço das monoculturas na região das Bacias Turísticas da Serra da Bodoquena tem contribuído para a degradação do ambiente com a supressão da vegetação nativa e a sua substituição por extensas culturas de grãos no planalto, aumentando o risco de erosão do solo, alterando profundamente as dinâmicas locais, com impactos diretos para a diversidade regional, assim como aqueles decorrentes da utilização de agrotóxicos;

CONSIDERANDO que, de acordo com o levantamento realizado pelo Núcleo de Geotecnologias – NUGEO do MPMS, através do Parecer Técnico n. 398/23/NUGEO, constatou-se aproximadamente 68.027,71 ha de agricultura, em 2023, na região das Bacias Turísticas, o que representa um aumento de 147% de áreas plantadas em comparação a 2016, quando havia cerca de 27.529,71 ha;

CONSIDERANDO a ocorrência de 2.080,67 ha de áreas de agricultura nas faixas de proteção das Bacias Turísticas, sendo que tal dano ocorreu sobre as sub-bacias dos rios Formoso e Peixe, além de 10.332,30 ha de áreas de agricultura identificadas na zona de amortecimento (ZA) do PNSB, com grande parte sobre a sub-bacia do rio Formoso, onde foram constatados mais de 5.800 ha de monocultura (representando 56,9% da área plantada na ZA dentro das Bacias Turísticas), conforme Parecer Técnico n. 398/23/NUGEO;

CONSIDERANDO que ao invés de controlar a situação, o Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul – IMASUL, passou a dispensar, de forma ilegal, o licenciamento ambiental para o plantio de monocultura na região, utilizando como fundamento a Resolução Semade nº 9/2012;

CONSIDERANDO que a legislação estadual do Mato Grosso do Sul, Resolução Semade nº 9/2012, dispensa o licenciamento para atividades agropecuárias, inclusive atividades de monocultura, e viola a legislação federal, consoante as exigências do artigo 10 da Lei Federal nº 6.938/1981 e da Resolução Conama nº 237/1997. Além de violar a legislação federal, o dispositivo também contraria o entendimento pacífico do Supremo Tribunal Federal no sentido da inconstitucionalidade da flexibilização indevida dos processos de licenciamento ambiental de atividades potencial ou efetivamente poluidoras;

CONSIDERANDO a decisão do Supremo Tribunal Federal, prolatada nos autos de Ação Direta de Inconstitucionalidade 5.312 – TO, de Relatoria do Exmo. Ministro Alexandre de Moraes, que declarou inconstitucional



a dispensa de licenciamento Ambiental para atividades agrossilvipastoris dada em lei daquele Estado;

O MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL RECOMENDA, com fundamento no art. 27, inc. IV, da Lei n. 8.625/93 (Lei Orgânica Nacional do Ministério Público), ao ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL e ao INSTITUTO DE MEIO AMBIENTE DE MATO GROSSO DO SUL - IMASUL as seguintes providências:

1. Que se abstenham de emitir quaisquer autorizações de Supressão Vegetal (SV) e Corte de Árvores Nativas Isoladas (CAND), na região das Bacias Turísticas da Serra da Bodoquena, sem que haja a elaboração de uma Avaliação Ambiental Integrada para avaliar os impactos sinérgicos das atividades de supressão vegetal;

2. Que passem a exigir e, não sendo providenciado já para a próxima safra, procedam ao embargo de todas as áreas de monocultura existentes na região das Bacias Turísticas da Serra da Bodoquena que não possuam licença ambiental e, nas áreas superiores a mil hectares, que não possuam licença ambiental válida precedida de Estudo Prévio de Impacto Ambiental (EIA/RIMA);

3. Que não licenciem mais atividades de monocultura antes da realização de uma Avaliação Ambiental Integrada para avaliação dos impactos sinérgicos da monocultura na região das Bacias Turísticas da Serra da Bodoquena e que, após sua realização, passem a exigir licenciamento ambiental de todas as áreas de plantio de monocultura na região das Bacias Turísticas da Serra da Bodoquena, nos termos da Resolução CONAMA n. 237/97, o qual deverá exigir Estudo Prévio de Impacto Ambiental caso a área de plantio seja superior a mil hectares, conforme Resolução CONAMA n. 1/86;

Outrossim, informo que a presente recomendação não possui caráter vinculante ou obrigatório, mas poderá embasar processo criminal, ação civil pública ou responsabilização pelos prejuízos ambientais.

O Ministério Público Estadual deverá ser comunicado, no prazo de vinte dias, a partir do recebimento da presente, se haverá acolhimento ou não da RECOMENDAÇÃO. Nesse mesmo prazo, os recomendados deverão esclarecer se há interesse em celebrar termo de ajustamento de conduta com o Ministério Público.

A presente recomendação será publicada no diário oficial do Ministério – DOMP, além de publicação em Diário Oficial do Estado, às expensas dos recomendados. No prazo de um mês, deverão os recomendados comprovar a publicação deste texto.

Comuniquem-se, com cópia desta recomendação, os seguintes órgãos e/ou Poderes e interessados:

A Secretaria de Estado de Meio Ambiente, Desenvolvimento, Ciência e Tecnologia e Inovação – SEMADESC;

Ao Instituto do Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul - IMASUL, para ciência e providências;

Assembleia Legislativa de Mato Grosso do Sul, para conhecimento e providências que entender cabíveis, inclusive para exercício de sua competência constitucional de fiscalização do Poder Executivo;

Tribunal de Contas de Mato Grosso do Sul, para ciência e providências que entender cabíveis;

Centro de Apoio Operacional do Meio Ambiente, Habitação e Urbanismo, Patrimônio Histórico e Cultural do Ministério Público de Mato Grosso do Sul, para ciência;

Assinam a presente Recomendação os Promotores de Justiça dos municípios integrantes da Zona da Serra de Bodoquena.

Bonito/MS, 24 de novembro de 2023.

ALEXANDRE ESTUQUI JÚNIOR

Promotor de Justiça

2ª Promotoria de Justiça de Bonito-MS

ALLAN CARLOS COBACHO DO PRADO

Promotor de Justiça

1ª Promotoria de Justiça de Jardim-MS

LIA PAIM LIMA

Promotora de Justiça

*em substituição legal*

1ª Promotoria de Justiça de Porto Murtinho-MS



---

**IGUATEMI**

---

**EDITAL N° 0023/2023/PJ/IGU**

A Promotoria de Justiça de Iguatemi-MS torna pública a instauração de Procedimento Administrativo de acompanhamento de Políticas Públicas que está à disposição de quem possa interessar na Av. Waloszek Konrad, n. 1.276, centro, nesta cidade.

Procedimento Administrativo de acompanhamento de Políticas Públicas 09.2023.00011849-5

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Iguatemi

Objeto: Acompanhar a implementação do Serviço de Família Acolhedora no Município de Iguatemi.

Iguatemi, 12 de dezembro de 2023

ANDRÉ LUIZ DE GODOY MARQUES

Promotor de Justiça

**EDITAL N° 0024/2023/PJ/IGU**

A Promotoria de Justiça de Iguatemi-MS torna pública a instauração de Procedimento Administrativo de acompanhamento de Políticas Públicas que está à disposição de quem possa interessar na Av. Waloszek Konrad, n. 1.276, centro, nesta cidade.

Procedimento Administrativo de acompanhamento de Políticas Públicas 09.2023.00011850-7

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Tacuru/MS

Objeto: Acompanhar a implementação do Serviço de Família Acolhedora no Município de Tacuru/MS.

Iguatemi, 12 de dezembro de 2023

ANDRÉ LUIZ DE GODOY MARQUES

Promotor de Justiça

---

**SONORA**

---

**INQUÉRITO CIVIL N° 06.2023.00001186-1****EDITAL N° 0017/2023/01PJ/SNR**

A Promotoria de Justiça da Comarca de Sonora torna pública a instauração do Inquérito Civil n° 06.2023.00001186-1, que está à disposição de quem possa interessar na Rua Três de Junho, n.º 90, Centro, em Sonora/MS, ou através do endereço na Internet: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Inquérito Civil n.º 06.2023.00001186-1

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Sonora/MS

Assunto: Apurar eventual irregularidade na contratação de serviços, pelo Município de Sonora, para instalação de sistema hídrico na Comunidade dos Bispos, situada na zona rural deste município.

Sonora/MS, 12 de dezembro de 2023.

DANIEL HIGA DE OLIVEIRA

Promotor de Justiça em Substituição Legal

**PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 09.2023.00012478-6****EDITAL Nº 0018/2023/01PJ/SNR**

A Promotoria de Justiça da Comarca de Sonora torna pública a instauração do Procedimento Administrativo nº 09.2023.00012478-6, que está à disposição de quem possa interessar na Rua Três de Junho, n.º 90, Centro, em Sonora/MS, ou através do endereço na Internet: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Procedimento Administrativo n.º 09.2023.00012478-6

Requerente: Promotoria de Justiça de Sonora/MS

Assunto: Acompanhar eventual situação de risco envolvendo Gabriel Alves, dependente químico.

Sonora/MS, 12 de dezembro de 2023.

DANIEL HIGA DE OLIVEIRA

Promotor de Justiça em Substituição Legal